

HISTÓRIA DO PARANÁ NAS ESCOLAS: DO PERÍODO COLONIAL A EMANCIPAÇÃO DA PROVÍNCIA.

ALEF GUILHERME ZANGARI DA SILVA (HISTÓRIA-UEM)
JOÃO GUILHERME ISRAEL FERREIRA (HISTÓRIA-UEM)
RODRIGO CORREA BARBOZA (HISTÓRIA-UEM)
UEM- CRV

Resumo. O objetivo desse trabalho é fazer uma discussão acerca de como está sendo trabalhada a temática sobre “História do Paraná” nas escolas, tendo como foco o “Paraná no período Colonial, Imperial e as políticas de emancipação da Província”. Para isto, estamos tomando como parâmetro o processo de ensino/aprendizagem desenvolvido no Colégio Estadual Antônio Diniz Pereira, da cidade de Ivaiporã/PR. O trabalho integra as ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O referido projeto de ensino está sendo aplicado em períodos de contra turnos visando pensar a disciplina de História do Paraná em sala de aula, partindo do pressuposto de que estes conteúdos muitas vezes não são ensinados, provocando deficiências na aprendizagem histórica dos alunos. Pretende-se com isso fortalecer a política pública de se ensinar História do Paraná, sobretudo no atendimento da Lei Estadual nº 13.381, de 18 de dezembro de 2001, que institui a obrigatoriedade do ensino de História do Paraná nas escolas.

Palavras-chave: História do Paraná; Período Colonial; Período Imperial; Ensino; Pibid.

Financiamento: Capes/PIBID - Programa Institucional com Bolsa de Iniciação a Docência.

HISTÓRIA DO PARANÁ NAS ESCOLAS: DO PERÍODO COLONIAL A EMANCIPAÇÃO DA PROVÍNCIA.

**ALEF GUILHERME ZANGARI DA SILVA (HISTÓRIA-UEM)
JOÃO GUILHERME ISRAEL FERREIRA (HISTÓRIA-UEM)
RODRIGO CORREA BARBOZA (HISTÓRIA-UEM)
UEM- CRV**

1.Introdução

No ambiente acadêmico podemos perceber debates frequentes voltados para pauta da formação de professores, a que se tem mostrado uma área muito frágil, devido a sua formação já que uma vez tem transparecido sua capacidade adequada de tais futuros docentes, perdendo o interesse no seu ato de atuar como profissional. Podendo refletir na eficácia do ensino que se tem atualmente na educação básica pública, surge o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que tem como principal objetivo a busca da união do ensino superior e da educação básica, por meio de ações didáticas voltadas para o aprendizado, levando também os estudantes de licenciaturas a estar envolvidos no cotidiano das escolas. Em face esse projeto também leva a História do Paraná, visando uma ressignificação do ensino de história nas escolas.

Com essa aproximação de dois mundos, ensino superior e educação básica o projeto foi desenvolvido com proposta diferente do ensino tradicional de história, tendo como sujeito ativos no processo de construção do conhecimento histórico alunos do 9º ano do colégio Antônio Diniz na cidade de Ivaiporã. Os trabalhos desenvolvidos ocorreram em período de contra turno onde era oferecido aulas de Paraná para os alunos que se interesse pelos temas abordado, visando a melhor compreensão da história do Estado. Em especial o artigo será desenvolvido a partir dos estudos de Paraná no período colonial, imperial e as políticas de emancipação da Província, uma vez que devido ao pouco tempo esse acaba sendo um tema pouco discutido em sala.

O projeto proporciona atividades que tem como objetivo promover a construção do conhecimento do aluno dentro do próprio espaço de ensino-aprendizagem, levando a ver a formação do espaço atual. É por meio dessas experiências que podemos refletir sobre a construção do

conhecimento, durante o andamento da aprendizagem, pois essa construção se dá por meio da interação entre o sujeito.

[...] o conhecimento não é dado nem na bagagem hereditária nem nas estruturas dos objetos: é construído, na sua forma e no seu conteúdo, por um processo de interação radical entre o sujeito e o meio, processo ativado pela ação do sujeito, mas de forma nenhuma independente da estimulação do meio. O que se quer dizer é que o meio, por si só, não constitui estímulo. E o sujeito, por si só, não se constitui sujeito sem mediação do meio; meio físico e social. É nesta direção que vai a concepção piagetiana de aprendizagem: sem aprendizagem o desenvolvimento é bloqueado, mas só a aprendizagem não faz o desenvolvimento. O desenvolvimento é a condição prévia da aprendizagem; a aprendizagem, por sua vez, é a condição do avanço do desenvolvimento (BECKER, 1993, p. 25).

Construímos o conhecimento com a prática pedagógica na sala de aula, pois com a experiência que podemos perceber os aspectos positivos desenvolvidos durante a proposta, percebendo a construção do conhecimento dos alunos que participam do projeto, que foram significativas.

Para que esse conhecimento seja possível é preciso uma compreensão do passado, com as evidências disponíveis que se encontra de tal período estudado, sejam elas cartas, imagens, músicas e etc. Uma orientação temporal que vise entender o passado compreendido, o atual presente que esta problematizada e a perspectiva do futuro, são partes fundamentais para a construção do conhecimento do sujeito.

O ensino de História do Paraná se tornou obrigatório a partir da Lei Nº. 13.381/01 18 de dezembro de 2001, mas com o projeto do PIBID, pode ser percebida a dificuldade que os professores possuem de trabalhar este conteúdo no decorrer do período de aula regular.

Um dos motivos que impedem que a História do Paraná seja trabalhada é a carga horária reduzida da disciplina de História que foi relatada pelo professor Geraldo José Bueno; outro ponto é a importância atribuída a outros conteúdos da disciplina que acaba limitando e até mesmo na maioria das vezes impedindo que a História do Paraná seja trabalhada.

Essa deficiência de ensino da história do Estado do Paraná é a principal causa da escolha do tema que é desenvolvido no projeto, sendo então o projeto procura não suprir totalmente essa carência de ensino, mas proporcionar aos alunos parte do conhecimento que lhes é garantido pela lei já citada.

A aula dada sobre o conteúdo abordado tem importância fundamental para avaliar qual o conhecimento que alunos possuíam sobre o tema e também para proporcionar a eles mais conhecimento em relação à história do seu próprio Estado.

Expor os dados para os alunos é fundamental para que possa se localizar no período e entender as transformações que o Paraná sofreu.

Para isso temos que compreender e ver alguns aspectos dos conteúdos que foram desenvolvidos em sala de aula com os alunos.

1.1 Aspectos da história do Paraná Colônia.

É no século XVI que nós vemos o encontro dos Europeus em terras brasileiras. A partir daí, vê-se uma história mais complexa se formando, com: Choques culturais, espirituais e políticos.

No século XV (1494) ocorre à criação do Tratado de Tordesilhas, esse tratado significava a divisão do 'mundo' entre espanhóis e portugueses. Nessa divisão, Portugal fica com uma parte considerável do Brasil, desde Belém, até Laguna em Santa Catarina. Porém, somente uma pequena parte do Paraná fica em posse de Portugal, a maior parte fica para a Espanha.

Em 1500, há a chegada de Cabral; de 1500-1530 os portugueses enviam expedições de reconhecimento e expedições guarda-costas para mostrar a presença portuguesa nas terras do Novo Mundo; em 1530 D.João III decide ocupar efetivamente Brasil, para isso ele envia Martin Afonso.

Quando Martin Afonso chega, uma das primeiras informações que ele recebe é sobre Aleixo Garcia, um português que saiu da região litorânea de Santa Catarina em 1522, seguiu pelo interior do Paraná, passou pelo Paraguai e chegou ao Peru, nas minas de Potosí. Nesse mesmo ano ele volta, para região do estado do Paraná e em 1525, quando chega na região de Foz do Iguaçu, tem toda a sua tropa atacada por indígenas locais e são todos mortos. (NUÑEZ, 1541).

Outro viajante que passa pela região do Paraná, é o europeu Hans Staden em 1550, que devido á um acidente de percurso acaba conhecendo o litoral paranaense. Após sete anos do ocorrido ele escreve a obra 'História e descrição de um país selvagem' (1557). Nesse livro ele vai descrever a ilha de

Superagui, a ilha do Mel e a região desde Pontal do Sul até Caiobá. (NUÑEZ, 1541).

Os principais viajantes europeu que cruzaram o interior do Paraná (também o litoral) foram: Aleixo Garcia, Hans Staden, Cristovão de Saavedra, Fernando Salazar, Ulrich Schmidel e Ruy Dias Melgarejo.

Com relação ao Álvaro Nunes Cabeça de Vaca, seu relato das expedições é interessante por ser uma leitura diferente da região, ela não é fantasiosa, é um relato cru, que inclusive quebra a ideia da América como um Arquipélago. É também uma leitura antropológica/etnográfica, pois trata dos índios e mostra que o Novo Mundo já era Velho e possuía donos: Os indígenas, que não eram bons, nem maus, apenas de uma cultura diferente. (NUÑEZ, 1541).

Esse relato desconstitui a ideia que os Europeus tinham de que os indígenas não possuíam rei, fé ou lei.

O texto é um instrumento histórico, com importância etnográfica, de fauna, flora e hidrografia da região do interior do Paraná. (NUÑEZ 1541).

Em suma, o texto vem mostrar toda uma construção política e também características hidrográficas, ambientais e de caráter antropológico com relação aos indígenas do interior do Paraná.

A partir da segunda metade do século XVI, vê-se a formação de vilas na parte mais ocidental do Paraná, que era de domínio espanhol. A formação do espaço reducional foi influenciada pelas atuações dos jesuítas, encomenderos e bandeirantes paulistas. (SCHALLENBERGER, 1986, p. 169-194).

Os jesuítas vão ter principalmente duas posturas com relação aos indígenas: 1- Isola-los – para fazer com que ele não voltasse a praticar atos pecaminosos; 2- Separa-lo do convívio com o homem branco (principalmente o encomendero que vai olhar para o índio apenas como mão-de-obra). (SCHALLENBERGER, 1986, p. 169-194).

A exploração da mão de obra indígena pelos encomenderos vai iniciar um processo de diminuição populacional.

A solução para a resolução desses problemas vem a ser: A atuação dos padres jesuítas, que começa pela atuação religiosa junto aos índios guarani com quem os espanhóis tinham uma maior facilidade de contato.

A formação reducional se deu especialmente no espaço oeste do Paraná. Em 1588 houve padres que cruzaram essa região como, Manoel Ortega, Thomas Fields e Juan de Saloni, e constataram que ali era um bom lugar para a instauração das reduções. (SCHALLENBERGER, 1986, p. 169-194).

As primeiras reduções são: Nossa Senhora do Loreto (1610), Santo Inácio Mini (1611). Elas vão se localizar na região Norte do Paraná, longe dos centros populacionais e dos encomenderos que estavam mais ao centro.

A partir da década de dez (século XVII) pode ser notada uma atuação mais incisiva dos encomenderos e dos bandeirantes, que começa a perturbar os espaços reducionais.

Nesse momento há também a organização de mais reduções: na região do Rio Tibagi, Ivaí, Piquiri e Corumbataí.

Entre 1628 e 1631 há uma grande invasão dos bandeirantes paulistas, liderada por Raposo Tavares, que acaba gerando uma mudança regional dos povoados missioneiros. É aí que ocorre um êxodo de cerca de 12.000 almas para a província do Uruguai, em procura de proteção e abrigo. (SCHALLENBERGER, 1986, p. 169-194).

A Espanha passa reconhecer o domínio das terras a oeste das Linhas de Tordesilhas, pelos portugueses, pois estas terras foram abandonadas pelos jesuítas, logo após eles terem sofrido ataques dos bandeirantes.

Em 1641 começa a fase de mineração na região do Paraná, quando Gabriel de Lara encontra ouro na Serra Negra. (WACHOWICZ, 1988. p. 39-73).

A mineração foi o primeiro ciclo econômico do Paraná e deixou efeitos como: o povoamento do litoral por mineradores vindos de diversas partes do Brasil; surgimento de Paranaguá, o desbravamento e colonização do primeiro planalto; fundação de Curitiba e aberturas de picadas que ligaram o planalto curitibano ao litoral. (WACHOWICZ, 1988. p. 39-73).

Por fim no início do século XVIII, o ouro de Minas Gerais eclipsou o de Paranaguá e acabou por ocorrer um grande êxodo dos mineradores.

Na seqüência vem a ocupação dos Campos Gerais a partir do século XVIII, com a abertura do caminho de Viamão. Formação de fazendas/vilas e colonização estrangeira. (MACHADO, 1968, p. 29-54).

Os Campos Gerais foram ocupados, sobretudo por homens ricos de São Paulo, Santos e Paranaguá.

Houve uma grande formação de latifúndios, onde ficavam ao cuidado dos agregados dos grandes proprietários e que geralmente se utilizava da mão de obra escrava (negros/indígenas). (MACHADO, 1968, p. 29-54).

O caminho de Viamão: se oficializou em 1730 e saía da região do Rio Grande do Sul com destino à São Paulo.

Os grandes proprietários podiam ser tropeiros de tiro longo ou, em certas ocasiões eles eram apenas donos de terra que lucravam com a renda advinda do aluguel de suas terras.

Esse aluguel se caracterizava como internada, local onde o gado ficava descansando para posteriormente seguir viagem. Paralela a essas internadas apareciam os locais de pouso, que vão começar a formar núcleos populacionais. Atualmente de origem: Rio Negro, Castro, Lapa, Ponta Grossa e Jaguariava.

No final do século XVIII, os indígenas começam a atacar as fazendas, com isso a Coroa Portuguesa da liberdade para os grandes proprietários apreendem-los.

Com a chegada de Dom João VI, o império pretende combater os indígenas. Enviando militares para os campos Gerais, em 1810. Com objetivo de abrir espaços para as fazendas de criação. (MACHADO, 1968, p. 29-54).

Em 1811 a capitania de Paranaguá enviou uma representação ao príncipe D. João requerendo um governo provisório. Depois de várias tentativas. Correia de Sá vê suas tentativas fracassadas, mesmo assim foi este o primeiro movimento em prol da emancipação da comarca.

Uma nova tentativa surgiu em 1821, apoiado por Bento Viana, os defensores iniciaram o movimento que ficou conhecido como Conjura Separatista. Porém o caso foi abafado, Viana nada sofreu, mas algumas autoridades foram perseguidas e abandonaram a comarca.

1.2 Aspectos da história do Paraná Imperial e as políticas de emancipação da Província.

O Paraná Imperial é compreendido entre os anos de 1822 a 1889, e o Paraná Provincial compreende-se de 1853 a 1889 (CANIELI; MOTA, 2011).

Para se entender melhor a História do Paraná deste período se faz necessário voltar nos anos de 1660, quando a região que é o Estado do

Paraná atual foi nomeada Capitania de Paranaguá. Em 1770 a região de Paranaguá é incorporada como comarca da Capitania de São Paulo. Em 1812 ocorreu a transferência da sede da Comarca de Paranaguá para Curitiba que passou a ser a Quinta comarca de Paranaguá e Curitiba. (MOTA, 2005).

Ruy Wachowicz (1972) destaca que a intensificação da ocupação do Estado se deu no litoral na segunda metade do século XVII com a descoberta do ouro de aluvião em Paranaguá, mas este ouro era encontrado em pequena quantidade e quando ocorreu a descoberta do ouro em Minas Gerais voltasse a atenção para a região onde se encontrava o ouro em Minas Gerais.

A população do território paranaense encontrava-se insatisfeita enquanto comarca de São Paulo.

Enquanto o território paranaense era comarca de São Paulo, não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo. (PRIORI, et.al, 2012, p.16).

Esses fatores influenciaram a população a requerer a sua liberdade política e administrativa. A primeira tentativa de emancipação ocorreu em 1811 em decorrência da presença da Família Real estar no Brasil. Os políticos de Paranaguá se reuniram e nomearam Pedro Joaquim de Sá para mostrar as vantagens da separação de São Paulo, porém esta tentativa não surtiu resultados, a alegação foi que a Comarca não possuía condições sociais, tão pouco financeiras para ter autonomia. (PRIORI, p.234, 2012).

Na segunda ocorreu uma melhor articulação dos políticos de Paranaguá e Curitiba em 1821, o movimento emancipacionista ficou conhecido como “Conjuntura Separatista”. O capitão Floriano Bento Viana foi encarregado de apresentar as questões que os influenciava a quererem a emancipação, o juiz-de-fora Antônio Azevedo Melo e Carvalho disse que ainda não era o momento certo. (PRIORI, p. 234, 2012).

Em 1835 as ideias de emancipação se fortaleceram.

Em 1835, contudo, houve um fator favorável e decisivo para a autonomia do Paraná. Os liberais do Rio Grande do Sul entraram em luta contra o império, organizados na “Revolução Farroupilha”, e os liberais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, revoltados com a política “conservadora” do governo central, se uniram com os

farrapos e organizaram a única frente revolucionária. (MOTA, 2005, p. 41).

Perante este movimento Curitiba não o aderiu. Assim por medo que Paranaguá e Curitiba se juntassem ao movimento, o Governo Imperial negociou com o Duque de Caxias a emancipação da Comarca e conseguiu seu apoio (MOTA, 2005).

Em 1842 é discutida na Assembleia de São Paulo por colocação do Barão do Monte Alegre que era presidente de São Paulo a questão da emancipação, Paranaguá e Curitiba entram em desacordo em relação a capital e com isso é adiada mais uma vez a emancipação do território paranaense. Em 1843, houve outra tentativa, porém o Paraná era fundamental na economia de São Paulo e a emancipação foi adiada mais uma vez. (PRIORI, et.al, 2012).

Em 1950 voltasse a discussão novamente sobre a criação da Província do Amazonas, em meio a isto ocorreu a proposta de torna-la um território extensivo de Curitiba, porém não foi aprovada. O projeto foi dividido em dois que propunha a criação da Província do Amazonas e da Província do Paraná, o primeiro projeto foi aprovado e a Província do Amazonas foi criada (GOVERNO DO ESTADO, 1953).

Em meio a muitas tentativas, em 2 de Agosto de 1853 a emancipação foi aprovada. Minas Gerais e Bahia apoiavam a causa porque diminuiria o poder de São Paulo. No dia 29 de dezembro ocorreu a instalação e Zacarias de Góes e Vasconcelos que foi nomeado o primeiro presidente do Paraná (PRIORI, et.al 2012).

O objetivo era desenvolver o Estado e para isso a estratégia do Presidente foi construir estradas e vias navegáveis na província. Os caminhos que ligavam ao litoral eram os principais, principalmente porque havia o medo de invasão dos países vizinhos (KRÜGER, 1929).

O caminho da Graciosa foi o principal que ligava Curitiba a Paranaguá sua construção foi demorada que teve inicio no governo Góes Vasconcelos e terminou em 1973.

Iniciou-se a construção da estrada macadamizada com uma extensão aproximada de 28,5 Km, a partir de 1853, ano da emancipação da Província do Paraná, e estendeu-se até 1873, utilizando os antigos traçados tanto da trilha quanto do caminho, adaptada para circulação de veículos de tração animal e posteriormente para automóveis. Como estrada, tornou-se praticável em 1929, calçada por

paralelepípedos facilitando dessa forma o tráfego de veículos automotores, e sua abertura realizada pelo então Presidente da República Washington Luiz, cujo lema era: "Governar é construir estradas". Atualmente ainda conserva parte do calçamento em pedra feito por tropeiros quando do povoamento dos planaltos de serra acima. (DER, 18 ago. 2015).

Após a emancipação o Paraná passou por um período onde não se tinha uma estabilidade no governo.

A província do Paraná teve, ao longo de 1853 a 1889, cinquenta e três períodos de governos; vinte e sete presidências; quarente e um presidentes em exercício e vinte-presidência e retorno presidencial. (MOTA, 2005, p. 42).

Os governantes eram nomeados por D. Pedro II. Os Presidentes na maioria das vezes vinham de outras regiões mais desenvolvidas administrativa e economicamente. Seria o Paraná uma “escola” para que os jovens nomeados por D. Pedro II aprendessem a governar. O foco era desenvolver Curitiba como capital. (MOTA,2005).

A palavra Paraná significa semelhante ao mar (Rio Paraná). Sua capital é Curitiba. Possuía como comarca: Curitiba, Paraná e Castro, duas cidades importantes Curitiba e Paranaguá. A economia era: pecuária, muares, agricultura de subsistência, comércio, indústria extrativista de erva mate. (WACHOWICZ, 1972).

2. Conclusão

A partir do conteúdo trabalhado podemos perceber a necessidade que se tem de se trabalhar o conteúdo referente à “História do Paraná”. As atividades foram respondidas por todos os alunos presentes. Essas atividades trabalhadas valerão nota, pois corresponde ao conteúdo regular presente no planejamento e está de acordo com a lei de obrigatoriedade do ensino de “História do Paraná”.

Podemos perceber então a necessidade de se trabalhar o conteúdo e a dificuldade enfrentada pelo professor não só em relação à carga horária que o limita, mas também dentro da sala de aula ao trabalhar com os alunos que muitas vezes encontram-se dispersos, não prestando a atenção e ainda atrapalhando o colega de sala. O PIBID é uma oportunidade única para os

futuros professores de História conhecerem a realidade de uma sala de aula e como é na íntegra o trabalho de um professor.

Referências:

BARCA, I. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. BARCA, I. (Org.) Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BECKER, Fernando. A epistemologia do professor. Petrópolis: Vozes, 1993.

CANIELI, Dulce Elena; MOTA, Lucio Tadeu. O Paraná provincial: 1853-1889. In: MOTA, Lúcio Tadeu (Org.). História do Paraná: Pré-História, Colônia e Império. Maringá: Eduem, 2011. p. 67-92.

DER – Principais realizações – Governo do PR. Disponível em: www.der.pr.gov.br/modules/conteúdo.php?conteúdo=133. Acesso em: 18 de ago de 2015.

KRÜGER, Nivaldo. Província do Paraná primórdios. In: Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé. s/l: s/e. 2004. p. 48.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Campos Gerais, estruturas agrárias. p. 29-54.

MOTA, Lúcio Tadeu. O Paraná Provincial: 1853-1889. In: MOTA, Lucio Tadeu. História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2005. p. 41-64.

MOTA, Lúcio Tadeu. O Paraná provincial: 1853-1889. In: História do Paraná: relações sócio-culturais da pré-história a economia cafeeira. Maringá: Eduem, 2012. p. 61-86.

NUÑEZ, Álvaro. Naufraágios e Comentários, (Cabeza de Vaca).

PARANÁ, Governo do Estado do. 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1953, PR. Disponível

em:<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116187>. Acesso em: 17 de ago de 2015.

PRIORI; Angelo. Promari; Luciana Regina. AMÂNCIO; Silvia Maria. IPÓLITO; Veronica Karina. História do Paraná: Séculos XIX e XX. 1. ed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2012, p. 234.

SCHALLENBERGER, Erneldo. A integração do prata no sistema colonial: Colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá. Editora Toledo, PR, p. 169-194.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1972.